

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.187 - SP (2019/0214092-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : MAURO RAMOS DEZENA
ADVOGADO : EDUARDO RAMOS DEZENA - SP107641
AGRAVADO : DMO ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES LTDA
AGRAVADO : SILVER PROJETOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : DANIEL RODRIGO ITO SHINGAI - SP296718
MARCELO JOSE LOMBA VALENCA - SP132274
AGRAVADO : LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A
ADVOGADOS : FLÁVIO LUIZ YARSHELL - SP088098
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA - SP210065

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação das Súmulas n. 282 e 356 do STF, bem como pela inaplicabilidade do Tema n. 40 do STJ e pela falha na alegada vulneração aos dispositivos arrolados (e-STJ fls. 807/810).

O Tribunal de origem deu provimento parcial ao recurso do recorrente, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 381):

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. IMÓVEL. DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO. PAGAMENTO DA COMISSÃO DE CORRETAGEM EFETIVADA DIRETAMENTE AOS RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO DE INTERMEDIACÃO. INSERÇÃO DO NOME DO AUTOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES EM DATA ANTERIOR AO DISTRATO. MORA, À ÉPOCA, QUE ERA EVIDENTE. INTERMEDIACÃO QUE DEMANDAVA PAGAMENTO. AUTOR, NO CASO, QUE EM MUITO SE FAVORECEU, POIS TEVE NÃO SÓ EXCLUÍDO O NOME DO BANCO DE DADOS, COMO RESTITUÍDO TODOS OS VALORES ADIMPLIDOS COM O NEGÓCIO, APÓS A RESCISÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. AÇÃO IMPROCEDENTE. ADEQUAÇÃO. SUCUMBÊNCIA. VALOR DA CAUSA. INADMISSIBILIDADE. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA FIXADA A PARTIR DE PERCENTUAL DO VALOR DA CAUSA. INADEQUAÇÃO. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. INTELIGÊNCIA DO § 4º DO ART. 20 DO CPC. RESPEITO AOS CRITÉRIOS DO § 3º DO MESMO ARTIGO. CONDENAÇÃO REDUZIDA PARA DOIS MIL REAIS. SENTENÇA REFORMADA PARA ESSE FIM. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 397/401).

Em sede de agravo em recurso especial (e-STJ fls. 538/540), foi o acórdão proferido nos supracitados embargos de declaração anulados, determinando-se o retorno dos autos à origem a fim de que houvesse manifestação acerca da tese da ausência de prévia notificação do autor/recorrente para a inscrição de seu nome no cadastro de inadimplentes.

O Tribunal de origem acolheu os embargos, mantendo o desprovimento do apelo

nos seguintes termos (e-STJ fls. 630/637):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE DEIXOU DE MANIFESTAR-SE ACERCA DA AUSÊNCIA DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO AO CONSUMIDOR QUANTO À INSCRIÇÃO DE SEU NOME NO CADASTRO DE DEVEDORES. CASO EM QUE A COMUNICAÇÃO, COM EFEITO, NÃO SE EFETUOU, EM AFRONTA AO DISPOSTO PELO ART. 43, § 2º DO CDC. OBRIGAÇÃO, PORÉM, QUE INCUMBE À MANTENEDORA DO CADASTRO DE INADIMPLENTES, E NÃO À EMPRESA CREDORA. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELA SÚMULA N. 359 DO STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS, MANTIDO O DESPROVIMENTO DO APELO.

Opostos novos declaratórios, foram rejeitados (e-STJ fls. 654/661).

No recurso especial (e-STJ fls. 664/679), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente apontou negativa de vigência do art. 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional "ao deixar de analisar que que o V. Acórdão afronta as disposições legais e o entendimento divergente apresentado por este E. Superior Tribunal de Justiça, devidamente debatidos nos embargos de declaração interpostos" (e-STJ fl. 672).

Alegou ofensa aos arts. 7º e 25, § 1º, do CDC, argumentando que poderia demandar apenas contra o ora recorrido.

Suscitou violação dos arts. 186 e 927 do CC/2002, asseverando ter ficado clara a necessidade de condenação da parte recorrida à reparação do dano moral sofrido pelo recorrente.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 664/679).

No agravo (e-STJ fls. 813/822), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 825/834).

É o relatório.

Decido.

Em relação à afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, a Justiça local decidiu a matéria controvertida, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

Quanto aos danos morais e à responsabilidade das recorridas pela ausência de comunicação prévia ao consumidor acerca da inscrição de seu nome no cadastro de devedores, esta Corte Superior tem entendimento sólido, e inclusive sumulado, de que "cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição" (Súmula n. 359 do STJ).

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADASTRO DE PASSAGEM. LICITUDE. COMUNICAÇÃO PRÉVIA DO CONSUMIDOR. IMPRESCINDIBILIDADE. ART. 43, §2º DO CDC. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO. RESPONSABILIDADE DA MANTENEDORA DO CADASTRO. DANO MORAL COLETIVO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Ação civil pública questionando a legalidade, à luz das normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, tanto da manutenção do chamado "cadastro de passagem" ou "cadastro de consultas anteriores" quanto da utilização das informações neles inseridas como justificativa para a restrição de crédito solicitado por consumidores.

2. Acórdão recorrido que, confirmando a sentença primeva, julgou improcedente o pedido inicial.

3. O "cadastro de passagem" ou "cadastro de consultas anteriores" é um banco de dados de consumo no qual os comerciantes registram consultas feitas a respeito do histórico de crédito de consumidores que com eles tenham realizado tratativas ou solicitado informações gerais sobre condições de financiamento ou crediário.

4. A despeito de ser lícita a manutenção do cadastro de passagem, que é banco de dados de natureza neutra, ela está subordinada, como ocorre com todo e qualquer banco de dados ou cadastro de consumo, às exigências previstas no art. 43 do CDC.

5. A disponibilização das informações constantes de tal banco de dados - que ali foram inseridas sem prévia solicitação das pessoas a elas relacionadas - só é permitida, a teor do que expressamente dispõe o § 2º do art. 43 do CDC, após ser comunicado por escrito o consumidor de sua respectiva inclusão cadastral.

6. No caso, restou evidenciada a ausência de comunicação prévia dos consumidores que tiveram seus dados inseridos no cadastro de passagem objeto da controvérsia. Tal prática, e não o cadastro de passagem em si, é que se revela ilegal, mesmo porque, sem ter ciência da própria existência de registros em seu nome, fica o consumidor indiretamente impedido de solicitar "acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele" (art. 43, caput, do CDC) e de, consequentemente, exigir a imediata correção de eventual inexatidão, prerrogativa que lhe é expressamente assegurada pelo § 3º do próprio art. 43 do CDC.

7. A responsabilidade de adequar-se ao comando inserto no art. 43, § 2º, do CDC é exclusiva da mantenedora do banco de dados ora questionado. É sobre ela, por isso, que devem recair tanto a obrigação de abstenção da prática aqui reconhecida como ilícita quanto a obrigação de reparar e compensar eventuais prejuízos de ordem material e moral que, comprovadamente, tenham sido suportados por consumidores em virtude de injusta negativa de concessão de crédito fundada única e exclusivamente nas anotações constantes do chamado "cadastro de passagem".

8. O dano moral coletivo, compreendido como o resultado de uma lesão à esfera extrapatrimonial de determinada comunidade, se dá quando a conduta agride, de modo totalmente injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, a provocar repulsa e indignação na consciência coletiva (arts. 1º da Lei nº 7.347/1985, 6º, VI, do CDC e 944 do CC, bem como Enunciado nº 456 da V Jornada de Direito Civil).

9. Não basta a mera infringência à lei ou ao contrato para a caracterização do dano moral coletivo. É essencial que o ato antijurídico praticado atinja alto grau de reprovabilidade e transborde os lindes do individualismo, afetando, por sua gravidade e repercussão, o círculo primordial de valores sociais. Com efeito, para não haver o seu desvirtuamento, a banalização deve ser evitada.

10. Na hipótese, o simples fato de a mantenedora do "cadastro de passagem" não ter se desincumbido do ônus de providenciar a comunicação prévia do consumidor que teve seus dados ali incluídos, ainda que tenha representado ofensa ao comando legal do § 2º do art.

43 do CDC, passou ao largo de produzir sofrimentos, intranquilidade social ou alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva, descaracterizando, assim, o dano moral coletivo.

11. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1726270/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 7/2/2019.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte Superior, antes mesmo da interposição do recurso especial, era firme em que os órgãos mantenedores de cadastros é que possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome do devedor em seus cadastros restritivos.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 628.205/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/10/2012, DJe de 9/10/2012).

RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PRÉVIA COMUNICAÇÃO. SÚMULA N. 359/STJ.

1. A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito enseja a indenização por danos morais. Precedentes.

2. 'Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição' (Súmula n. 359/STJ).

3. No caso concreto, houve a prévia notificação do devedor pela entidade mantenedora do serviço de proteção ao crédito (e-STJ fl. 566), razão pela qual não há falar em solidariedade da Serasa pelos danos causados ao consumidor.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 140.884/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 7/8/2012, DJe 15/8/2012.)

In casu, a única ilegalidade constatada está relacionada à ausência de prévia notificação ao recorrente quanto à inscrição de seu nome no cadastro de devedores.

A responsabilidade de adequar-se ao comando inserto no art. 43, § 2º, do CDC, é, portanto, exclusiva da mantenedora do cadastro de inadimplentes, e não da empresa credora. Apenas sobre o órgão de proteção ao crédito - que é o responsável pela manutenção do banco de dados - é que devem recair tanto a obrigação de abstenção da prática aqui reconhecida como ilícita quanto a obrigação de reparar e compensar eventuais prejuízos de ordem material e moral.

Incide, assim, a Súmula n. 83/STJ.

Por fim, o conhecimento de recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973 (CPC/2015, art. 1.029, § 1º).

O recorrente não se desincumbiu de tais ônus, porque se limitou a transcrever ementas de julgados. Assim, é inviável conhecer da divergência jurisprudencial apontada. A

Superior Tribunal de Justiça

propósito: AgInt no REsp n. 1.602.814/SC (Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 31/5/2017).

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo em recurso especial.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fl. 94), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator